

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0307/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/ 2018**

**OBJETO:** Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) aquisição de material elétrico para as atividades da Secretaria Municipal de Obras.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

**Dia 14/01/2019 às 09:00 horas (horário de Brasília).**

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixado para abertura das Propostas Comerciais.

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:**

**Dia 14/01/2019 às 09:00 horas (horário de Brasília).**

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais e a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

**CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**

Na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pomba, localizada na Av Raul Soares, 15 centro, Rio Pomba.

**PREÂMBULO**

**O MUNICIPIO DE Rio Pomba** - Estado de Minas Gerais, com endereço à Av Raul Soares, 15, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.744.434/0001-07, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº 0307/2018**, na modalidade **Pregão Presencial nº 139/2018**, pelo sistema de registro de preços do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital, para aquisição de material elétrico para as atividades da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 
- 1** - O Pregão será realizado em sessão pública.
  - 2** - Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Carla Nolasco Martins Vieira Coimbra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 089/2018.
  - 3** - O prazo para assinatura do contrato decorrente do procedimento licitatório em epígrafe será de 05 (cinco) dias úteis a contar do ato de convocação do licitante vencedor, conforme dispõe o artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

---

**II - OBJETO**

---

**1-** Registro de preços para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material elétrico para as atividades da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com vigência de 12 meses, conforme especificações contidas no Anexo I, deste edital.

### III - ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Obras.

#### IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na *sede* da Prefeitura.

2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site*, bem como as publicações nos jornais quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, bem como decisões de recurso e impugnações.

3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados via fac-símile ou através do email [licitacaopmrp@gmail.com](mailto:licitacaopmrp@gmail.com).

3.1 - As respostas do Pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail*, ou enviadas por escrito.

4 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa interessada no certame, protocolizadas no Departamento de Protocolo e Registro Administrativo, situado à Av Raul Soares, 15, a partir da publicação do aviso do edital desde que encaminhada com **antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro Oficial, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1– A administração não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

4.2– A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via fac-símile ou email, e será afixada no quadro de aviso da para conhecimento de todos os interessados.

#### V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

---

**1 – Poderão participar da presente licitação somente empresas enquadradas como ME e EPP conforme Lei Geral nº123/2006 e Lei Complementar 147/2014 sendo assim EXCLUSIVO, com CNPJ compatível ao ramo de atividade da licitação.**

2-Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 9º, alínea “a” do Decreto Estadual nº 44.786/08.

4 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

- 4.1 - suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com o Município;
- 4.2 - declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- 4.3 - em consórcio;
- 4.4 - com falência decretada.
- 5 - Não poderá participar da execução do objeto, servidor ou dirigente do MUNICÍPIO
- 6 - A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

---

#### VI - PROPOSTA COMERCIAL

- 1 - A Proposta Comercial deverá ser feita detalhando os preços unitários de cada item.
  - 1.1- Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com no máximo 2 (duas) casas decimais.
  - 1.2- A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se ao item.
  - 1.3 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 1.4 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
  - 1.5 - Será disponibilizado aos licitantes um programa específico para elaboração da proposta.
    - 1.5.1 As propostas deverão ainda ser encaminhada para a Comissão de Licitação impressa, e também através de meios magnéticos
    - 1.5.2 **SOMENTE SERÃO ACEITAS AS PROPOSTAS QUE FOREM REALIZADAS NO PROGRAMA ESPECIFICO, AS DEMAIS SERÃO DESCLASSIFICAS. É NECESSÁRIO QUE A PROPOSTA SEJA ENTREGUE IMPRESSA E TAMBÉM ATRAVÉS DE MEIOS MAGNETICOS.**
  - 1.6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.
  - 1.7 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
  - 1.8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

---

#### VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1 - Os documentos necessários á habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 2 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

## 2.1

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Comprovação de que o objetivo social do licitante permite executar o objeto licitado através da apresentação do documento especificado no art. 28 da Lei Federal 8.666/93, de acordo situação jurídica do licitante e legislação própria, incluindo alterações existentes e, se for o caso, devidamente registrados ou autorizados por órgão competente constituído por um dos seguintes tipos de documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 2.2

### REGULARIDADE FISCAL

I - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - Instrução Normativa SRF n.º 748, de 28 de junho de 2007), **emitida a não mais de 60 dias** da data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação, demonstrando ser ativa a situação cadastral da licitante

II - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação**

III - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

IV – Prova de regularidade Relativo aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação**

V - Prova de Regularidade de Situação do FGTS – CRF (Lei n.º 8.036/90 - art. 27-a) **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

VI – Comprovação de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943

## 2.3

### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da licitante, **emitida a não mais de 30 dias** da data definida para entrega dos envelopes com a documentação e proposta

**2.4** Outros

O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis

**3** – O Pregoeiro e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa nº 568, de 8/9/2005, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

**3.1** - Procedida a consulta, serão impressos os comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

**4** - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar **toda a documentação exigida para a habilitação**, inclusive os **documentos comprobatórios da regularidade fiscal**, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

**4.1** - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**4.2** - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido e aceito pelo Pregoeiro.

**4.3** - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos dois dias úteis inicialmente concedidos.

**4.4** - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

**5** - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente**, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

**5.1** - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, durante a sessão do Pregão.

**5.2** - Os documentos deverão estar em nome da empresa participante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

**6** - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

**7** - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no item 4.4 do Título V.

**8**- Em nenhuma hipótese será admitida entrega posterior de qualquer dos documentos exigidos, ressalvados o direito do Pregoeiro em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.

**8.1** – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá(ão) a(s) detentora(s) manter atualizadas as certidões relacionadas nos subitens 2.5 e 2.6, fazendo prova de sua regularidade, sempre que solicitado pela Administração.

---

## **VIII - CRITERIOS DE JULGAMENTO**

---

**1** - O critério de julgamento será o de menor preço unitário

**2** - Será desclassificada a proposta que:

**2.1** - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

**2.2** - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

**2.2.1** - Se o Pregoeiro entender que o preço é inexeqüível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exeqüibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

**2.2.2** - Não havendo a comprovação da exeqüibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

**3** - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

**3.1**- Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

**4** - Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

**5** - Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

**6** - O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

---

## **IX - CREDENCIAMENTO**

---

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**1** - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

**2**- Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante legal da licitante no decurso da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído aos licitantes.

**3** - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**4** - O credenciamento será da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; autenticado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, e autenticado, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública, interpor recursos, firma quaisquer documentos pertinentes a licitação; ou

b.2) termo de credenciamento/procuração (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

c) se for empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado, e autenticado.

**5** - É obrigatória a apresentação da cédula de identidade e/ou outro documento com foto (original e/ou autenticada) do estatutário legal ou representante legal que irá participar do pregão.

**6** - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

**7** - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado que a empresa atue, ou seja, tenha firma constituída (a certidão deverá ser emitida no máximo a 60 dias antes da data de abertura dos envelopes).

**8** - Declaração de Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo no Anexo V do Edital.

**9** - O documento de credenciamento deverá ser apresentado na forma do modelo constante do **Anexo II deste instrumento**.

**10** - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica a presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados.

**11** - Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**12** - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**13** - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por processo de cópia autenticada por tabelião e/ou por servidor responsável da Administração.

**14** - O Credenciamento será até o encerramento do Registro do último Proponente a apresentar seus envelopes, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Vencido esse prazo, o Pregoeiro declarará encerrado o credenciamento, momento que, não mais será aceito novos proponentes, iniciando em seguida, a abertura da sessão pública.

---

## **X - ENTREGA DOS ENVELOPES**

**1** - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:  
LOCAL: SETOR LICITAÇÃO/ PREGÃO

**1.1.** Os envelopes indicarão em sua parte externa/frontal os dizeres (sugeridos):

Prefeitura Municipal de Rio Pomba

**Licitação nº 0139/2018**

Razão Social da licitante:

**1.2.** O Município não se responsabilizará por envelopes de “Proposta comercial” e “Documentação de Habilitação”, remetidos via postal que não sejam entregues no local, data e horário definido neste edital.

**1.3.** O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados no item 1.1 deste edital, a declaração (**ANEXO VII**) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.



**1.4.** A não apresentação da declaração prevista no item acima poderá implicar na desclassificação imediata do licitante.

**1.5.** Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

**1.6.** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

**1.7.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

---

## **XI - SESSÃO DO PREGÃO**

---

### **1- DA ABERTURA DA SESSÃO**

**1.1.** Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

---

## **XII - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**1.** Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo com o edital.

**1.1.** Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço por item (conforme expresso no **Anexo I**) e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior desconto, para participarem dos lances verbais.

**1.2.** Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

**1.3.** O critério de julgamento será o de menor preço unitário.

**1.4.** Será desclassificada a proposta que:

**a)** não se refira à integralidade do objeto;

**b)** não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

**c)** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

**1.5.** Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

**1.6.** Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

**1.7.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

**1.8.** O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

#### **1.10 - LANCES VERBAIS**

**1.11.** Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de menor preço.

**1.12.** Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

**1.13.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

**1.14.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

**1.15.** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**1.16.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço.

**1.17.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do Menor preço.

---

### **XIII - HABILITAÇÃO**

---

**1-1.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

**1.2.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro, sendo anexados aos autos mesmo os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico.

**1.3.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do item.

**1.4.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo,

verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

---

#### **XIV - IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

**1** - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, **conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.

**1.1** ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida eletronicamente, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

**1.2** ser protocolizado na Seção de Protocolo da Prefeitura

**1.3.** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

**1.4.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

**1.5.** O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**1.6.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

**1.7.** A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes, via fax, email ou outro meio idôneo a critério do Pregoeiro.

**1.8.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**1.9.** Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

**a)** tratando-se de recursos, estes deverão ser dirigidos ao Sr. Prefeito Municipal, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias corridos, conforme estabelecido no item 1.2 acima;

**b)** os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93;

**1.10.** O Município não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

**2** - Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

---

### **XV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

---

**1** - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

**2** - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo para homologação pela autoridade competente.

---

### **XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO**

---

As despesas correrão á conta da seguinte dotação orçamentaria:  
2.06.04.122.0001.2.035-33.90.30

**1.1.** O pagamento será efetuado em 30 dias, pelo valor líquido após as deduções de impostos e taxas determinados pela legislação.

**1.2.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação, desde que regularizados.

**1.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

---

### **XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

**1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.1.1. recusar em assinar a ata do registro de Preço dentro do prazo estabelecido pelo município;
- 1.1.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 1.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.1.4. fraudar na execução do contrato;
- 1.1.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.1.6. cometer fraude fiscal;
- 1.1.7. não manter a proposta.

**2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

1.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

1.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

1.2.6. impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;

1.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

1.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

---

### **XVIII - DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Município convocará o proponente classificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

2. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo Município.

3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pelo Município de Rio Pomba.

**10. VALOR ESTIMADO** - O valor estimado para este registro de preços é de R\$ **519.833,54** (quinhentos e dezenove mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos), sendo que o mesmo gera apenas expectativa de contratação, uma vez que o MUNICÍPIO poderá comprar além ou aquém deste valor.

**11** - O gestor responsável deverá realizar o controle dos serviços executados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

---

## XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

---

**1** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo Apresentação de Proposta;

Anexo IV – Declaração quanto a Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

Anexo V – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preço

Anexo VII – Declaração do Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo VIII – Modelo Declaração que não emprega menor;

**2** - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subseqüentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

**3** - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis, penais e cabíveis.

**4** - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

**5** - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

**6** - Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**7** - O Pregoeiro, no estrito interesse da Administração Pública Municipal, poderá adotar medidas saneadoras durante a realização do certame e, em especial na Sessão do Pregão, e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93;

**8** - Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

**9** - O não cumprimento da diligência no prazo determinado poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

**10 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.**

**11**- A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

**12** - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

**13** - É vedado ao licitante retirar sua proposta após aberta a sessão do pregão.

**14** - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Sr. Prefeito de Rio Pomba revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

**15** – O Município de Rio Pomba poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**16** - Para atender a seus interesses, o Município reserva-se no direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, 8.666/93.

**17** - As decisões referentes ao certame serão publicadas no quadro de avisos e comunicadas através de ofícios, por fac-símile ou e-mail a todos os licitantes.

**18** - Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**19** - Fica eleito o foro da Comarca de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

**Rio Pomba, 18 de dezembro de 2018.**

Carla Nolasco Martins Vieira Coimbra  
Pregoeira

Visto

Frederico Pereira Pascoalino  
OAB 112621



Município de Rio Pomba  
 Av Raul Soares, 15 Centro  
 Rio Pomba  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DO OBJETO**

Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material elétrico para as atividades da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Discriminação	Unidade	Quant	Preço Unitário	Total do Item
1	Bocal p/ ventilador de teto	UNIDADE	10	7,000	70,00
2	Cabo triplex 35MM	METRO	200	14,333	2.866,67
3	Pino de tomada macho	UNIDADE	30	3,220	96,60
4	Refletor de led 20 W	UNIDADE	50	61,010	3.050,50
5	Soquete c/ rabicho	UNIDADE	50	3,607	180,33
6	Conector bi metálico 16MM	UNIDADE	40	4,997	199,87
7	Cabo tríplices alumínio 10MM	METRO	200	3,660	732,00
8	Curva 3/4 x 90	UNIDADE	30	2,500	75,00
9	Disjuntor bifásico de 100 A	UNIDADE	5	117,667	588,33
10	Lâmpada Fluorescente 40 W	UNIDADE	200	8,060	1.612,00
11	Tomada externa	UNIDADE	100	3,960	396,00
12	Lâmpada Fluorescente 20 W	UNIDADE	200	12,663	2.532,67
13	Refletor de led 10 W	UNIDADE	50	54,157	2.707,83
14	Conector p/haste de terra	UNIDADE	20	5,897	117,93
15	Chuveiro tipo ducha 220 V 5400W	UNIDADE	30	47,757	1.432,70

Município de Rio Pomba  
 Av Raul Soares, 15 Centro  
 Rio Pomba

16	Lâmpada eletrônica 25 W 127V	UNIDADE	200	16,667	3.333,33
17	Plafunier de chapa	UNIDADE	30	3,130	93,90
18	Lâmpada p/geladeira	UNIDADE	10	5,773	57,73
19	Base p/fotocélula	UNIDADE	10	9,117	91,17
20	Relé fotocélula 127 V com 3 fios	UNIDADE	20	17,873	357,47
21	Disjuntor trifásico 100 A	UNIDADE	5	132,727	663,63
22	Canaleta p/fio de parede	UNIDADE	10	6,230	62,30
23	Interruptor externo	UNIDADE	60	4,133	248,00
24	Reator vapor metálico 400 W	UNIDADE	50	91,190	4.559,50
25	Relé fotoelétrico 220 V c/ 3 fios	UNIDADE	20	17,777	355,53
26	Chuveiro tipo ducha 127 V	UNIDADE	30	48,430	1.452,90
27	Canaleta adesivada	UNIDADE	150	7,557	1.133,50
28	Disjuntor monofásico 40 A Nema	UNIDADE	30	17,930	537,90
29	Disjuntor monofásico 60 A Nema	UNIDADE	60	42,330	2.539,80
30	Disjuntor básico de 40 A	UNIDADE	30	63,333	1.900,00
31	Disjuntor básico de 50 A	UNIDADE	50	65,110	3.255,50
32	Disjuntor básico de 60 A	UNIDADE	20	85,530	1.710,60
33	Cabo XLPE 1 KV azul	METRO	100	6,237	623,67
34	Cabo XLPE 10 KV preto	METRO	200	6,237	1.247,33

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

35	Plafonier c/soquete louça	UNIDADE	100	4,473	447,33
36	Caixa grande padrão bifásica	UNIDADE	2	134,333	268,67
37	Conj. De 2 interruptores simpl.	UNIDADE	10	8,340	83,40
38	Campainha sem fio	UNIDADE	10	47,817	478,17
39	Conector perfurante 10 x 95	UNIDADE	50	11,507	575,33
40	Conector perfurante 16 x 150	UNIDADE	50	14,000	700,00
41	Resistência de chuveiro 110 V	UNIDADE	50	13,073	653,67
42	Start p/lâmpada tubular de 20W	UNIDADE	20	3,933	78,67
43	Start p/lâmpada tubular de 40W	UNIDADE	20	3,867	77,33
44	Tomada c/ 2 apagadores	UNIDADE	5	12,830	64,15
45	Tomada c/ 3 apagadores	UNIDADE	5	15,000	75,00
46	Haste terra cobreada 5 / 8 x 2 - 4M	UNIDADE	10	32,050	320,50
47	Lâmpada eletrônica 45 W - 220V	UNIDADE	150	34,067	5.110,00
48	Lâmpada eletrônica 45 W -127V	UNIDADE	150	37,793	5.669,00
49	Quadro p/ 24 disjuntores	UNIDADE	5	107,667	538,33
50	Reator p/lâmpada fluor 2 x 40 eletrônico bivolt	UNIDADE	80	34,993	2.799,47
51	Reator p/lâmpada fluor 2 x 20 eletrônico bivolt	UNIDADE	50	31,467	1.573,33

Município de Rio Pomba  
 Av Raul Soares, 15 Centro  
 Rio Pomba

52	Soquete anti vibratório	UNIDADE	100	5,000	500,00
53	Caixinha de parede chapa 2 x 4	UNIDADE	50	1,560	78,00
54	Rolo de conduite 1/2 amarelo 100MM	ROLO	10	76,367	763,67
55	Fio 2,5 MM paralelo	METRO	1.000	2,173	2.173,33
56	Reator vapor de sódio 150 W	UNIDADE	80	69,350	5.548,00
57	Lâmpada vapor de sódio 150 W	UNIDADE	50	31,627	1.581,33
58	Lâmpada mista 160W	UNIDADE	200	23,663	4.732,67
59	Lâmpada vapor mercúrio 125 W	UNIDADE	50	19,607	980,33
60	Eletroduto PVC 3/4	UNIDADE	30	7,223	216,70
61	Lâmpada mista 500W E-40	UNIDADE	50	54,227	2.711,33
62	Refletor p/lâmpada 400W E-40	UNIDADE	50	88,473	4.423,67
63	Lâmpada vapor metálico 400W	UNIDADE	60	61,220	3.673,20
64	Lâmpada vapor sódio 250 W	UNIDADE	50	53,747	2.687,33
65	Fio paralelo de 1,5 MM	METRO	1.000	1,450	1.450,00
66	Lâmpada mista de 250 W	UNIDADE	50	28,637	1.431,83
67	Bocal louca	UNIDADE	100	2,583	258,33
68	Fio 1,5 MM flexível	METRO	2.000	0,720	1.440,00
69	Cabo triplex 25MM	METRO	300	7,910	2.373,00
70	Lâmpada a vapor de sódio 100 W E-40	UNIDADE	30	29,000	870,00
71	Reator vapor de sódio 250 W	UNIDADE	40	52,520	2.100,80

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

72	Disjuntor monofásico 10 A	UNIDADE	30	11,303	339,10
73	Disjuntor bifásico de 70 A	UNIDADE	30	94,000	2.820,00
74	Disjuntor DIM monofásico de 32 A	UNIDADE	30	8,997	269,90
75	Disjuntor DIM monofásico de 50 A	UNIDADE	30	13,370	401,10
76	Cabo flexível 2,5 MM	METRO	2.000	1,247	2.493,33
77	Fita isolante 20 M	UNIDADE	100,000	6,533	653,33
78	Conjunto de 3 interruptores simples	UNIDADE	10	17,333	173,33
79	Calha chanfrada p/lâmpada fluorescente	UNIDADE	30	17,000	510,00
80	Controle ventilação de parede externo	UNIDADE	30	25,000	750,00
81	Controle ventilação de parede embutir	UNIDADE	20	24,063	481,27
82	Lâmpada fluorescente 30 W	UNIDADE	10	19,530	195,30
83	Pino de tomada fêmea	UNIDADE	50	5,367	268,33
84	Conjunto de 1 interruptores simples	UNIDADE	30	4,630	138,90
85	Caixinha parede de teto chapa 6 x 6	UNIDADE	30	3,200	96,00
86	Lâmpada vapor mercúrio 400 W E-40	UNIDADE	50	45,000	2.250,00
87	Reator vapor mercúrio 125 W	UNIDADE	20	21,597	431,93
88	Interruptor 2 seções + tomada	UNIDADE	10	12,830	128,30
89	Reator vapor sódio 70 W	UNIDADE	36	61,333	2.208,00

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

90	Disjuntor DIM bifásico 25 A	UNIDADE	20	31,003	620,07
91	Disjuntor DIM bifásico 32 A	UNIDADE	20	36,707	734,13
92	Disjuntor DIM bifásico 63 A	UNIDADE	10	48,663	486,63
93	Cabo terra 16 MM comum	METRO	100	9,997	999,67
94	Boia automática p/ bomba c/caixa D'água	UNIDADE	50	40,663	2.033,17
95	Cabo quadriplex 35 MM	METRO	300	17,000	5.100,00
96	Capacitor p/ ventilador 10 MF	UNIDADE	50	9,537	476,83
97	Curva PVC 3/4	UNIDADE	100	2,430	243,00
98	Globo transparente p/poste Jardim VD	UNIDADE	200	50,333	10.066,67
99	Reator elétrico 1 x 40 p/ lâmpada Fluoresc	UNIDADE	100	24,663	2.466,33
100	Resistência de chuveiro 220V	UNIDADE	30	13,267	398,00
101	Conector bi metálico 10MM	UNIDADE	40	3,183	127,33
102	Quadro p/ 6 disjuntores	UNIDADE	10	32,297	322,97
103	Quadro p/ 12 disjuntores	UNIDADE	5	56,497	282,48
104	Reator p/ lâmpada fluoresc. 1 x 20	UNIDADE	50	20,507	1.025,33
105	Reator p/ lâmpada fluoresc. 1 x 40	UNIDADE	50	22,330	1.116,50
106	Calha chanfrada p/ 2 lâmpadas 20 W	UNIDADE	50	14,663	733,17
107	Calha chanfrada p/ 2 lâmpadas 40 W	UNIDADE	50	17,967	898,33

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

108	Caixinha de parede 2 x 4 PVC	UNIDADE	100	1,130	113,00
109	Rolo de conduite 3/4 amarelo com 50 metros	rolo	50	63,333	3.166,67
110	Rolo de conduite 1 amarelo com 25 metros	rolo	10	48,330	483,30
111	caixa monofásica p/ padrão	UNIDADE	5	59,900	299,50
112	Cabo sintanax 10 MM	UNIDADE	100	6,113	611,33
113	Eletroduto PVC de 1	UNIDADE	70	8,663	606,43
114	Cabo de cobre 16MM	METRO	300	8,693	2.608,00
115	Fita de alta fusão 20Mt	UNIDADE	20	14,867	297,33
116	Caixa bifásica	UNIDADE	5	124,730	623,65
117	Fio 2,5 MM flexível	METRO	1.000	37,517	37.516,67
118	Cabo de 16 MM sintenax	METRO	1.000	9,503	9.503,33
119	Cabo 10 MM	METRO	1.000	5,380	5.380,00
120	Lâmpada vapor mercúrio 250 W	UNIDADE	100	29,723	2.972,33
121	Lâmpada vapor sódio 70 W E-40	UNIDADE	100	44,000	4.400,00
122	Disjuntor monofásico 15 A	UNIDADE	30	11,183	335,50
123	Disjuntor monofásico 20 A NEMA	UNIDADE	30	11,183	335,50
124	Disjuntor monofásico 50 A	UNIDADE	50	18,863	943,17
125	Disjuntor bifásico de 30 A	UNIDADE	30	56,660	1.699,80
126	Disjuntor trifásico de 50 A	UNIDADE	20	66,607	1.332,13
127	Disjuntor DIM monofásico de 25 A	UNIDADE	30	9,043	271,30

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

128	Disjuntor DIM bifásico de 40 A	UNIDADE	20	19,663	393,27
129	Cabo flexível 1,5 MM	UNIDADE	1.000	23,530	23.530,00
130	Curva 2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	20	4,807	96,13
131	Curva 1 1/2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	35	3,330	116,55
132	Luva 1 1/2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	40	1,683	67,33
133	Luva 2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	10	2,000	20,00
134	Luva 3 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	10	5,233	52,33
135	Curva em S de 1 1/2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	10	5,140	51,40
136	Curva em S de 2 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	10	5,863	58,63
137	Curva em S de 3 polegadas (eletroduto)	UNIDADE	10	12,000	120,00
138	Caixa padrão bifásica (Energisa)	UNIDADE	5	129,000	645,00
139	Caixa de derivação	UNIDADE	3	134,667	404,00
140	Caixa padrão medição direta até 200 A (Energisa)	UNIDADE	3	144,000	432,00
141	Cabo 10MM HEPR 0,61 KV 90 graus XLPE	METRO	300	6,243	1.873,00
142	Cabo 16MM HEPR 0,61 1KV 90 graus LPE	METRO	800	10,003	8.002,67
143	Cabo 25MM HEPR 0,61 1KV 90 graus LPE	METRO	400	16,507	6.602,67
144	Cabo 35MM HEPR 0,61 1KV 90 graus LPE	METRO	300	19,330	5.799,00
145	Conector Grampo p/aterramento ou CHT	UNIDADE	20	26,023	520,47
146	Haste cobreada grossa e maior p/aterramento	UNIDADE	12	11,263	135,16



Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

147	Cabeçote de 1 polegada	UNIDADE	6	6,000	36,00
148	Cabeçote de 2 polegadas	UNIDADE	8	11,333	90,67
149	Cabeçote de 3 polegadas	UNIDADE	3	7,463	22,39
150	Cabeçote de 1 1/2 polegadas	UNIDADE	5	8,000	40,00
151	Cabeçote de 80MM	UNIDADE	3	13,667	41,00
152	Cabeçote de 100MM	UNIDADE	2	25,333	50,67
153	Massa de calafetá com 3	CAIXA	20	12,000	240,00
154	Caixa de passagem 50 x 50	UNIDADE	5	90,000	450,00
155	Caixa de passagem 30 x 30	UNIDADE	10	30,730	307,30
156	Caixa de passagem 20 x 20	UNIDADE	10	19,483	194,83
157	Disjuntor de 150 amper	UNIDADE	3	317,333	952,00
158	Disjuntor de 200 amper	UNIDADE	3	326,000	978,00
159	Disjuntor de 300 amper	UNIDADE	2	1.473,333	2.946,67
160	Caixa p/ aterramento maior c/ tampa plástica	UNIDADE	20	13,330	266,60
161	Suporte p/ disjuntor trifásico	UNIDADE	10	3,197	31,97
162	Suporte p/ disjuntor bifásico	UNIDADE	10	2,837	28,37
163	Suporte p/ disjuntor monofásico	UNIDADE	10	6,737	67,37
164	Tomada de embutir	UNIDADE	50	11,667	583,33

Município de Rio Pomba  
 Av Raul Soares, 15 Centro  
 Rio Pomba

165	Interruptor de duas seções c/placa	UNIDADE	10	49,663	496,63
166	Interruptor de uma seção + tomada	UNIDADE	30	53,000	1.590,00
167	Quadro p/ 16 disjuntores	UNIDADE	3	56,810	170,43
168	Quadro p/ 18 disjuntores	UNIDADE	4	71,237	284,95
169	Quadro p/ 8 disjuntores	UNIDADE	8	50,000	400,00
170	Timer analógico Bivolt	UNIDADE	10	41,333	413,33
171	Conector ampactinho ou cunha p/cabo 10MM	UNIDADE	20	7,000	140,00
172	Conector ampactinho ou cunha p/cabo 16MM	UNIDADE	20	5,330	106,60
173	Conector ampactinho ou cunha p/cabo 25MM	UNIDADE	20	10,000	200,00
174	Conector ampactinho ou cunha p/cabo 35MM	UNIDADE	20	10,000	200,00
175	Caixa 4 x 4 de embutir	UNIDADE	20	3,333	66,67
176	Caixa de sobrepor 2 x 4 alumínio	UNIDADE	50	10,667	533,33
177	Caixa de sobrepor 4 x 4 alumínio	UNIDADE	20	13,667	273,33
178	Caixa cega 2 x 4 p/ caixa de alumínio	UNIDADE	50	5,000	250,00
179	Caixa cega 4 x 4 p/ caixa de alumínio	UNIDADE	20	7,000	140,00
180	Espelho em alumínio de interruptor de uma seção	UNIDADE	20	7,000	140,00
181	Espelho em alumínio de tomada	UNIDADE	50	9,000	450,00
182	Abraçadeira copo 3/4	UNIDADE	100	1,333	133,33
183	Abraçadeira copo 1 1/2	UNIDADE	100	4,000	400,00

Município de Rio Pomba  
 Av Raul Soares, 15 Centro  
 Rio Pomba

184	Abraçadeira em U 3/4	UNIDADE	100	0,930	93,00
185	Abraçadeira em U 1 1/2	UNIDADE	100	1,470	147,00
186	Abraçadeira plástica 20CM pacote com 100	PCT	10	17,333	173,33
187	Abraçadeira plástica 30CM, pacote com 100	PCT	10	28,333	283,33
188	Abraçadeira plástica 40CM, pacote com 100	PCT	10	55,333	553,33
189	Canaleta de duas vias c/adeseivo	UNIDADE	100	8,557	855,67
190	Canaleta de três vias c/adeseivo	UNIDADE	40	14,143	565,73
191	Poste c/dois globos p/jardim 3 metros	UNIDADE	10	701,667	7.016,67
192	Ventilador de parede 80CM	UNIDADE	30	550,000	16.500,00
193	Ventilador de teto	UNIDADE	20	158,693	3.173,87
194	Exaustor de parede 80CM em 127V de embutir	UNIDADE	3	400,000	1.200,00
195	Terminal agulha 10MM	UNIDADE	100	1,383	138,33
196	Terminal agulha 16MM	UNIDADE	100	1,483	148,33
197	Terminal agulha 25MM	UNIDADE	100	2,197	219,67
198	Terminal agulha 35MM	UNIDADE	100	2,170	217,00
199	Contatora trifásica 15 amper	UNIDADE	5	150,000	750,00
200	Contatora trifásica 20 amper	UNIDADE	5	166,333	831,67
201	Contatora trifásica 30 amper	UNIDADE	5	257,333	1.286,67
202	Contatora trifásica 40 amper	UNIDADE	5	330,000	1.650,00
203	Contatora trifásica 50 amper	UNIDADE	5	449,000	2.245,00

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

204	Relé sobrecarga 16 amper	UNIDADE	5	101,667	508,33
205	Relé sobrecarga 20 amper	UNIDADE	5	151,333	756,67
206	Relé sobrecarga 30 amper	UNIDADE	5	318,000	1.590,00
207	Cabo quadriplex 25 MM	METRO	300	8,997	2.699,00
208	Cabo triplex 16MM	METRO	400	5,710	2.284,00
209	Fio flexível 6MM	METRO	1.000	3,367	3.366,67
210	Fio flexível 4MM	METRO	1.000	2,077	2.076,67
211	Fio paralelo de 4MM	METRO	500	3,930	1.965,00
212	Fio paralelo de 1,5 MM	METRO	1.000	1,783	1.783,33
213	Lâmpada halogena 100W por 220V	UNIDADE	50	3,997	199,83
214	Lâmpada halogena 100W por 127V	UNIDADE	50	4,500	225,00
215	Lâmpada bocal E27 de LED 28W bivolt	UNIDADE	200	49,667	9.933,33
216	Lâmpada bocal E27 de LED 45W 127V	UNIDADE	300	66,333	19.900,00
217	Lâmpada bocal E27 de LED 85W 127V	UNIDADE	200	64,000	12.800,00
218	Lâmpada Bocal E27 compacta 80W 127V	UNIDADE	100	64,000	6.400,00
219	Lâmpada bocal E27 compacta 80W 220V	UNIDADE	100	64,000	6.400,00
220	Lâmpada bocal E27 compacta 32W 127V	UNIDADE	100	45,333	4.533,33
221	Lâmpada bocal E27 compacta 32W 220V	UNIDADE	100	45,333	4.533,33
222	Lâmpada compacta 28W 127V	UNIDADE	200	26,533	5.306,67
223	Lâmpada compacta 28W 220V	UNIDADE	200	26,533	5.306,67

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

224	Refletor de LED cor branca bivolt	UNIDADE	30	116,797	3.503,90
225	Refletor de LED 30W cor branca bivolt	UNIDADE	40	81,833	3.273,33
226	Refletor de LED 10W cor branca bivolt	UNIDADE	50	53,817	2.690,83
227	Refletor de LED 50W cor verde bivolt	UNIDADE	10	122,500	1.225,00
228	Refletor de LED 50W cor azul bivolt	UNIDADE	10	122,500	1.225,00
229	Refletor de LED 50W cor vermelho Bivolt	UNIDADE	10	122,500	1.225,00
230	Refletor de LED 50W cor amarelo Bivolt	UNIDADE	10	139,567	1.395,67
231	Lâmpada tubular 40W de LED(36LED) branca	UNIDADE	30	83,000	2.490,00
232	Lâmpada Tubular de LED 20W	UNIDADE	40	42,597	1.703,87
233	Disjuntor tripolar de 100Amp Nema D+	UNIDADE	8	80,590	644,72
234	Disjuntor tripolar de 100Amp Din D+	UNIDADE	8	125,730	1.005,84
235	Disjuntor tripolar de 70Amp Nema D+	UNIDADE	10	109,597	1.095,97
236	Disjuntor tripolar de 70Amp Din D+	UNIDADE	10	72,797	727,97
237	Disjuntor tripolar de 50Amp Nema D+	UNIDADE	20	66,930	1.338,60
238	Disjuntor tripolar de 50Amp Din D+	UNIDADE	20	42,267	845,33
239	Disjuntor bipolar de 50Amp Nema D+	UNIDADE	10	56,770	567,70
240	Disjuntor bipolar de 50Amp DIN D+	UNIDADE	10	39,053	390,53
241	Disjuntor mono de 70Amp Nema D+	UNIDADE	10	18,037	180,37

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

242	Disjuntor mono de 70Amp DIN D+	UNIDADE	10	13,377	133,77
243	Disjuntor monofásico DIN 40A D+	UNIDADE	20	31,987	639,73
244	Lâmpada mista 160W 220V	UNIDADE	300	22,470	6.741,00
245	Conector bimetálico p/ cabo 35MM	UNIDADE	20	7,530	150,60
246	Conector bimetálico p/ cabo 25MM	UNIDADE	20	5,933	118,67
247	Chave Magnética 220V 50Amp c/fotocélula	UNIDADE	4	39,000	156,00
248	Lâmpada de sódio 150W bocal E27	UNIDADE	20	32,617	652,33
249	Lâmpada de sódio 150W bocal E40	UNIDADE	20	32,617	652,33
250	Lâmpada de sódio 70W bocal E27	UNIDADE	20	31,597	631,93
251	Lâmpada de sódio 100W bocal E27	UNIDADE	20	45,497	909,93
252	Reator p/lâmpada de sódio 100W	UNIDADE	10	69,667	696,67
253	Lâmpada metálica 150W bocal E27	UNIDADE	20	40,463	809,27
254	Lâmpada metálica 150W bocal E40	UNIDADE	20	48,797	975,93
255	Reator p/Lâmpada metálica 150W	UNIDADE	15	67,583	1.013,75
256	Tubo galvanizado de 7MTS(pesado) de 80MM	UNIDADE	5	343,807	1.719,03
257	Tubo galvanizado de 7MTS(pesado) de 10MM	UNIDADE	5	361,667	1.808,33
258	Tampão de 80MM de alumínio	UNIDADE	5	74,900	374,50
259	Tampão de 100MM de alumínio	UNIDADE	5	11,000	55,00

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

260	Armação c/roldana (pesada)	UNIDADE	10	13,503	135,03
261	Parafuso 5/8 por 6 polegadas	UNIDADE	8	7,503	60,03
262	Eletroduto de 1 1/2 polegadas	UNIDADE	50	14,460	723,00
263	Eletroduto de 2 polegadas	UNIDADE	10	22,157	221,57
264	Eletroduto 3/4 polegadas	UNIDADE	20	6,570	131,40
265	Caixa de sobrepor p/1 dusjuntor DIN	UNIDADE	10	6,890	68,90
266	Caixa de sobrepor p/ 2 disjuntor DIN	UNIDADE	10	7,557	75,57
267	Exaustor de embutir na parede de 127V 60CM	UNIDADE	2	146,000	292,00
268	Refletor retangular bocal E27 24CM	UNIDADE	6	59,330	355,98
269	Refletor retangular p/lâmpada metálica 150W	UNIDADE	6	73,330	439,98
270	Caixa de derivação energisa com barramento Trifásico e neutro	UNIDADE	4	185,000	740,00
271	Bucha 80MM padrão Energisa	UNIDADE	6	6,220	37,32
272	Bucha 100MM padrão Energisa	UNIDADE	6	7,050	42,30
273	Arruela 80MM padrão Energisa	UNIDADE	6	5,487	32,92
274	Arruela 100MM padrão Energisa	UNIDADE	6	7,930	47,58
275	Terminal p/barramento 16MM	UNIDADE	10	3,550	35,50
276	Terminal p/barramento 25MM	UNIDADE	10	4,767	47,67
277	Terminal p/barramento 35MM	UNIDADE	10	5,267	52,67

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

278	Terminal p/barramento 50MM	UNIDADE	10	8,433	84,33
279	Terminal p/Barramento 70MM	UNIDADE	10	8,567	85,67
280	Terminal p/chuveiro 16MM louça	UNIDADE	10	4,197	41,97
281	Mangueira de LED cristal cor branca 127V	METRO	1.800	8,733	15.720,00
282	Mangueira de LED cristal cor branca 220V	METRO	1.800	8,733	15.720,00
283	Mangueira de LED cor azul 127V	METRO	600	8,733	5.240,00
284	Mangueira de LED cor azul 220V	METRO	600	8,733	5.240,00
285	Cascata c/cem LEDS branco 127V	CAIXA	3	15,167	45,50
286	Cascata c/cem LEDS branco 220V	CAIXA	3	46,000	138,00
287	Pisca Pisca c/ cem LEDS cor branco 127V	CAIXA	10	16,667	166,67
288	Pisca Pisca c/ cem LEDS cor branco 220V	CAIXA	10	45,000	450,00
289	Lâmpada de semáforo 100W por 130V	UNIDADE	30	12,000	360,00
290	Bolacha de LED p/semáforo 127V	UNIDADE	24	378,667	9.088,00
291	LED do sinal de pedestre 127V	UNIDADE	15	35,667	535,00
292	Fio cabo PP 2 x 2,5MM	METRO	300	3,830	1.149,00
293	Fio cabo PP 2 x 4,0MM	METRO	300	6,100	1.830,00
294	Fio cabo PP 2 x 5,0MM	METRO	200	8,367	1.673,33



Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

295	Fio cabo PP 3 x 2,5MM	METRO	200	4,737	947,33
296	Fio cabo PP 3 x 4,0MM	METRO	200	8,500	1.700,00
297	Fio cabo PP 3 x 6,0MM	METRO	200	12,167	2.433,33
298	Curva de eletroduto de 1 1/2	UNIDADE	3	6,187	18,56
299	Caixa de passagem de 40 x 40	UNIDADE	1	176,257	176,26
300	Luva 1 1/2 eletroduto	UNIDADE	25	1,433	35,83
301	Conector deriv. Perfurante CDP 95 (16-95MM)	UNIDADE	4	14,633	58,53
302	Cabo Hepr flex 16MM azul	METRO	58	11,053	641,09
303	Cabo Hepr flex 16MM preto	METRO	174	11,053	1.923,28
				<b>TOTAL ESTIMADO</b>	519.833,54

### **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria de Obras solicita a abertura de registro de preços para a aquisição de material elétrico tendo em vista que os mesmos poderão ser utilizados para manutenções, reformas, entre outras necessidades que possam vir a surgir.

### **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

### **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Obras, localizada na Rua Messias Pereira Bahia, 81, Bairro Pref. Homem de Faria, Rio Pomba/MG ou em outro local previamente determinado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

- Efetuar o pagamento no **prazo de até 30 (trinta) dias**, a contar da certificação de que os bens foram aceitos pelo Setor requisitante, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos serviços, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais;
- Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Assinar a Ata de Registro de Preço;
- Obedecer às especificações dos materiais contidas no Termo de Referência;
- Entregar o objeto fornecido no setor requisitante, no prazo estabelecido;
- Substituir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais que não estejam em conformidade;
- Garantir que os materiais fornecidos atendam as exigências do Termo de Referência e que os mesmos serão entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela contratada;
- Além das especificações do edital deverão ser observadas as prescrições a seguir:
- Os materiais deverão ser fornecidos conforme especificação do material, acondicionados em embalagens que certifiquem sua procedência, espécie, composição, validade, fabricação, etc.
- Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens desta Licitação
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Não manter a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### **DA VIGÊNCIA**

O Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses.

### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O Fornecedor Registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) Deixar de cumprir fielmente as obrigações legais;

- b) Incidir em qualquer uma das hipóteses previstas na cláusula das Penalidades;
- c) Causar qualquer dano ao Patrimônio Público, que não possa ser recuperado;
- d) Praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- e) Ficar evidenciada a incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório da fiscalização;
- f) Quando o FORNECEDOR REGISTRADO/Detentor da Ata, mediante comunicação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Compromisso do fornecimento;
- g) Por decurso de prazo de vigência;
- h) Não restarem fornecedores registrados.
- i) Não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- j) Não realizar o fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- k) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial desta Ata decorrente de Registro de Preços;
- l) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR REGISTRADO recusar-se a baixá-los, após solicitação expressa da Secretaria;
- m) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração Pública;
- n) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do objeto desta Ata, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

#### **DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS E DO CONTROLE**

Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da lei 8.666/93 ou da redução de preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro processo licitatório.

A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

Caso o FORNECEDOR REGISTRADO se recuse a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

O ÓRGÃO GERENCIADOR adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata

## ANEXO II

### MODELO DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa), CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o \_\_\_\_\_ Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Município de Rio Pomba Estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão presencial n.º \_\_\_\_ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome/assinatura

**1) Reconhecer firma(s)**

**2) Anexar cópia da carteira de Identidade**

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA**  
(usar papel timbrado na empresa)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA, Minas Gerais

A empresa \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

**1. OBJETO:** Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material elétrico para as atividades da Secretaria Municipal de Obras.

**2. Proposta Comercial**

Item	Discriminação	Unid	Quant	Marca	Preço unitário	Preço total
1						

**3.** A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura, observado o disposto no *caput* e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

**4.** Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_  
b) CGC (MF) nº: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual nº.: \_\_\_\_\_  
c) Endereço: \_\_\_\_\_  
d) Fone/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
e) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
f) Banco \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_

De acordo com a legislação em vigor, eu, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO**

À  
Prefeitura Municipal de Rio Pomba  
A/C Pregoeiro  
Referência: Pregão Presencial

Prezado Senhor,  
A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão, vem perante a Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação da mesma na presente licitação, encontrando-se, pois, em condições de cumprir todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

Atenciosamente.

Data e local

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

**Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.**

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba  
**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Processo nº. 307/2018 – Pregão Presencial nº 139/2018.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal o Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

**Nome**

Nome e assinatura da Licitante

**Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.**



**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Prefeitura Municipal de Rio Pomba, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07 representado(a) pelo(a) Marcos Pascoalino, prefeito Municipal, inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 307/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material de construção, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº 0139/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

**3. VALIDADE DA ATA**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

**4. REVISÃO E CANCELAMENTO**

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

## **5. CONDIÇÕES GERAIS**

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(s) registrado(s)

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**Anexo VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE**  
**HABILITAÇÃO**

**Licitação 0139/2018**

**Pregão com procedimento presencial**

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número....., com residência ou sede à Rua (Av.) ....., n.º....., Bairro....., na cidade de .....Estado de ....., CEP....., por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no procedimento licitatório em referência.

**Local e Data**

**Assinatura do representante legal da licitante**  
**Nome do representante legal da licitante**

Município de Rio Pomba  
Av Raul Soares, 15 Centro  
Rio Pomba

**Anexo VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO**  
**EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES**

**Licitação 0139/2018**

**Pregão com procedimento presencial**

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número ..... , com residência ou sede à Rua (Av.) ..... , n.º..... , Bairro..... , na cidade de ..... Estado de ..... , CEP..... , por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

**Local e Data**

**Assinatura do representante legal da licitante**  
**Nome do representante legal da licitante**